

# Parte I

## 1. Nacionalismo em Perspectiva

### 1.1. A Escola Paulista

A Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo<sup>9</sup>, fundada em 1933, foi incorporada à Universidade de São Paulo por ocasião da criação desta, em 1934. A trajetória da escola confunde-se com a da universidade e com a dos interesses que a constituíram: a USP surgiu em um momento de derrota política das elites paulistas, após a Revolta Constitucionalista de 1932. O objetivo de sua fundação era, a partir da universidade, garantir a existência de um centro intelectual a partir do qual seria possível formar elites políticas sem a influência das forças que à época se consolidavam no governo federal.

Luiz Werneck Vianna afirma que, contudo, houve um esforço político por parte da universidade para que esta se preservasse dos compromissos com os quais havia se vinculado em sua origem, ou seja, os laços com a oligarquia paulista<sup>10</sup>.

Para tanto, o papel do cientista social foi concebido segundo o padrão estabelecido, dentre outros, pelo norte-americano Robert Merton, segundo o qual a universidade deveria, em primeiro lugar, se organizar conforme valores e hierarquia interna aos departamentos científicos, e, em segundo lugar, funcionar prioritariamente em função do processo de modernização operado na sociedade civil. No entanto, dado o contexto autoritário em que se encontrava, a opção acadêmica da Escola de Sociologia teve como resultado o isolamento da universidade perante a sociedade.

Essa opção inicial da USP pela autonomia pode ser justificada ainda sob outro argumento. Segundo Sergio Miceli, desde sua fundação a Escola Livre de Sociologia de São Paulo esteve ancorada na própria estrutura universitária,

---

<sup>9</sup> Embora seja uma generalização, a expressão “intelectuais paulistas”, nessa dissertação, sempre se referirá ao grupo identificado com a Escola Livre de Sociologia e Política e com os principais argumentos e conceitos nela veiculadas. Sobre o termo, Cf.: VIANNA, Luiz Werneck. **A Revolução Passiva no Brasil: iberismo e americanismo no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

<sup>10</sup> VIANNA, Luiz Werneck. **A Revolução Passiva no Brasil: iberismo e americanismo no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

permitindo assim sua preservação perante interesses políticos que rondavam a universidade. Para que isso fosse possível, ou seja, para que os cientistas sociais paulistas pudessem ter na estrutura universitária um efetivo suporte para sua autonomia, foi crucial a formação de um amplo mercado secundarista no estado, por um lado, pois permitiu um horizonte de realização profissional surgisse dentro do campo acadêmico; e a construção da imagem da universidade como o centro das aspirações profissionais da intelectualidade, por outro. Segundo Miceli, tal contexto propiciou um clima intelectual bastante diverso daquele encontrado no Rio de Janeiro<sup>11</sup>.

O argumento de Miceli expõe um ponto central da crítica que, nos anos de 1950, será feita pela Escola Paulista ao ISEB: a falta de rigor científico de uma instituição está associada à falta de autonomia da mesma perante interesses externos, em especial os do Estado. Essa perspectiva está presente no primeiro editorial da *Revista de Cultura Contemporânea* e pode ser encontrado, inclusive, no propósito de construção de um centro intelectual autônomo que orientou a fundação do CEBRAP, em 1969. Desse ponto de vista, o discurso nacionalista forjado no ISEB não seria apenas ensaísta, mas também forjador de um discurso que legitimaria toda a ordem social e política instituída em 1946 sobre as bases lançadas pelo Estado Novo. A relação entre autonomia política e ciência será um traço marcante do discurso da sociologia produzida pelos herdeiros da Escola Livre de Sociologia e Política.

O objeto de interesse desses intelectuais, em seu sentido amplo, não se distinguia do leque de preocupações comum à intelectualidade brasileira já há algum tempo: a modernização do país. No entanto, a experiência histórica sobre a qual se desenrolou o discurso científico era outro, repleto de particularidades. Jorge Ferreira<sup>12</sup> identifica, em um texto cujo propósito é criticar o conceito de populismo enquanto categoria explicativa da história política brasileira, uma primeira geração de intelectuais que teve nesse conceito um importante suporte interpretativo da realidade brasileira. Essa primeira geração, segundo o autor, se desenvolveu nos anos de 1950 e 1960 e pode ser dividida em dois grupos distintos, porém com semelhanças de abordagem teórica: o primeiro grupo é

---

<sup>11</sup> MICELI, Sergio. Condicionantes do Desenvolvimento das Ciências Sociais. IN: Sergio MICELI (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. v.1. São Paulo: Vertice, 1989.

<sup>12</sup> FERREIRA, Jorge. O Nome e a Coisa: o populismo na política brasileira. IN: \_\_\_\_\_. **O Populismo e Sua História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

aquele que o autor identifica como o grupo de Itatiaia, o segundo seria formado por intelectuais universitários que têm por objeto o processo de modernização brasileiro. A principal referência desse grupo era, justamente, a USP.

O grupo de Itatiaia é o espaço embrionário a partir do qual se desenvolveu o ISEB no final da década de 1950. De fato, é ao trabalho de Helio Jaguaribe intitulado “*O Que é o Ademarismo?*”<sup>13</sup> que Jorge Ferreira se refere ao citar estudos representativos da primeira geração por ele delimitada. Em comum entre os dois grupos mencionados, o objeto estudado: o processo de modernização do país. O populismo seria uma situação própria do acelerado processo de modernização com a inclusão de vastos contingentes populacionais ao cenário urbano; mudança estrutural essa para a qual não estariam preparadas as instituições políticas próprias de um regime com participação política limitada. Não deixa de ser interessante notar que, com o intuito de criticar o populismo enquanto categoria explicativa, Jorge Ferreira termina por aproximar dois grupos que por vezes são vistos como opositores ou polarizados por duas maneiras distintas de enxergar o mundo.

Isso ocorre por terem, ambos os grupos, uma preocupação semelhante: interpretar o processo de modernização da sociedade brasileira. Em uma análise sobre a recepção dos conceitos de Max Weber no Brasil, Luiz Werneck Vianna mostra como esta foi orientada pela necessidade de se compreender a transição de um país que ocupava a periferia da modernidade a um país que fosse efetivamente moderno<sup>14</sup>.

Por um lado, a recepção dos estudos de Weber poderia ser útil tanto para a compreensão de uma realidade marcada pelo atraso, ou, no discurso da Escola Paulista, pela herança ibérica, como também para pensar o seu pólo oposto, ou seja, a modernidade. Assim, em oposição ao atraso se ergueria uma sociedade moderna, com sujeitos sociais autônomos, orientados por uma conduta racionalizada e de interesses bem definidos; enfim, uma sociedade civil forte, marcada pela competitividade.

---

<sup>13</sup> SCHWARTZMAN, Simon (seleção e introdução). **O pensamento nacionalista e os “Cadernos de Nosso Tempo”**. Brasília: UNB, 1981.

<sup>14</sup> VIANNA, Luiz Werneck. Weber e a interpretação do Brasil. IN: SOUZA, Jessé. **O Malandro e o Protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira**. Brasília: Editora UNB, 1999.

Os anos de 1950, no entanto, mostraram duas escolas bastante diferentes no que concerne a análise da modernização brasileira. Diferentes eram os métodos, as escritas e os objetivos. As diferenças políticas entre esses dois espaços intelectuais, o ISEB e a USP, permitiram que se fomentasse uma crescente clivagem acadêmica e cultural entre ambas as abordagens.

A USP era o principal espaço em que estava sediado o grupo de universitários aos quais se refere Jorge Ferreira. Portanto, têm eles como referência importante a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. Isso não quer dizer que o patrimônio intelectual da Escola Paulista seja uma herança imutável. Há de se ter em conta as clivagens geracionais que se estabelecem ao longo do tempo, geradas, em especial, por diferentes experiências históricas que irão marcar as diversas trajetórias intelectuais que passaram por essa Escola. Assim, essa herança será afirmada, negada ou alterada de acordo com práticas políticas, sociais e econômicas nas quais se engajarão os herdeiros da referida tradição.

Na trajetória de institucionalização das ciências sociais na Escola Paulista, a década de 1950 foi também marcada por ser na lógica de modernização brasileira um objeto prioritário de análise. Suas bases, contudo, eram diversas das do discurso forjado pela instituição tida pelos intelectuais paulistas como opositora, o ISEB. Luiz Werneck Vianna afirma:

“A oposição atraso-moderno deveria ser resolvida no plano societário, e não pela ação demiúrgica de um Estado sobreposto às classes sociais, qualificando o seu transformismo como de tipo societal, na medida em que operaria seus efeitos positivos a partir de transformações moleculares no tecido social, e que trariam consigo uma moderna estrutura de classes e a figura nova do cidadão. [...] Seu campo é o da sociedade civil, dos direitos, da reforma intelectual e moral, da cidadania – em uma palavra, o da constituição de uma ordem social competitiva.”<sup>15</sup>

Pouco após, ao referir-se à concepção nacionalista forjada no ISEB, Vianna torna claros os argumentos próprios da perspectiva crítica da Escola Paulista:

“O nacional-desenvolvimentismo travestiria a modernização da economia de representativa dos ‘interesses da coletividade como um todo’, quando, na verdade, implicaria a tradução dos interesses particulares das elites já instituídos. A mera

<sup>15</sup> VIANNA, Luiz Werneck. **A Revolução Passiva no Brasil: iberismo e americanismo no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004. Pp. 210-211.

diferenciação e complexificação da economia, em vez de nos aproximar de uma sociedade igualitária, bem poderia provocar efeito contrário, uma vez que a ‘tradição cultural brasileira sempre focalizou a mudança social como uma espécie de objetivação conspícua’ da iniciativa criadora das elites (idem, p. 221). Como obra do Estado e de suas elites, o transformismo era compreendido como um processo de sentido negativo.”<sup>16</sup>

O grupo constituído em torno do sociólogo Florestan Fernandes foi um dos grandes responsáveis por esse conceito de modernização. O referido sociólogo tornou-se peça chave da instituição, onde ajudou a fundar o Departamento de Sociologia e Antropologia, em 1947<sup>17</sup>, e que por sua vez incorporaria a estrutura da Escola Livre de Sociologia e Política. Florestan Fernandes, desse modo, pode ser considerado a principal referência acadêmica do projeto que a universidade procurou organizar durante o período democrático inaugurado em 1946. Ao criticar as teses propaladas pelo ISEB, Fernandes afirma estarem presentes no progresso brasileiro, simultaneamente, o atraso e o moderno. Essa crítica tem como outra face uma proposta alternativa de modernização social, que se forjava por meio da tentativa de aproximação com setores da sociedade civil, engendrada, por exemplo, por meio do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho.

O CESIT foi criado em 1961 e tinha o objetivo de realizar uma tarefa que havia sido postergada pela Escola Paulista desde sua fundação, em decorrência do contexto autoritário na qual se encontrava, mas que estava no cerne da concepção mertoniana do cientista social. No ambiente democrático pós 1946, essa tarefa era retomada. Tratava-se de construir pontes com a sociedade civil e auxiliá-la em seu processo de racionalização e modernização. Quatro eram os principais representantes de tal linha: Juarez Brandão Lopes, Leôncio Martins Rodrigues, Azis Simão e José Albertino Rodrigues<sup>18</sup>. As principais obras desses autores giram em torno da análise do comportamento do proletariado industrial dos grandes centros urbanos brasileiros, em especial aqueles situados na capital paulista.

---

<sup>16</sup> Ibid. P. 212.

<sup>17</sup> SORJ, Bernardo. **A Construção Intelectual do Brasil:** da resistência à ditadura ao governo FHC. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. P. 14.

<sup>18</sup> Cf. FERREIRA, Jorge. **O Nome e a Coisa:** o populismo na política brasileira. IN: F\_\_\_\_. **O Populismo e Sua História.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Pp. 71-72. O autor cita como principais obras: *Sociedade industrial no Brasil*, de Juarez Brandão Lopes, *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*, de Leôncio Martins Rodrigues, *Sindicato e Estado*, de Azis Simão e *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*, de José Albertino Rodrigues.

O discurso a partir do qual era formulada essa proposta alternativa de modernização era, sobretudo, marcado pelo lugar de marginalidade política à qual se confinaram os cientistas sociais que tinham na USP sua referência. Não uma marginalidade gerada por falta de poder ou influência, mas herdada, em primeiro lugar, de uma elite política que se atribuiu, na década de 1930, o papel de oposição ao regime que, ao se formar, combatia o liberalismo e sua principal bandeira, o federalismo; em segundo lugar, herdada também da comunidade científica construída para manter um distanciamento não apenas do governo central, mas também das mesmas elites responsáveis pela fundação da universidade.

Por um lado, uma herança social e política, por outro, uma escolha reafirmada na cruzada da Escola Paulista para modernizar a sociedade brasileira. Afinal, a distância que de certo modo lhe era imposta pelo isolamento ideológico dentro do contexto político da década de 1950<sup>19</sup> era reafirmada como fator de legitimidade científica e embasava o papel atribuído ao intelectual pela concepção mertoniana. Assim, ao longo dos anos de 1950 e 1960, os trabalhos de ciências sociais de São Paulo reafirmaram a auto-imagem de sua inserção social e cunharam uma interpretação do processo de transição do atraso à modernidade que privilegiava as observações da vida societária, procurando sempre entender a forma como um Estado de bases patrimonialistas e uma sociedade civil inorgânica reagiam a esse processo.

Dessa interpretação cabe, para o presente trabalho, destacar dois pontos: em primeiro lugar, a ênfase na vida societária levou os cientistas sociais a uma busca por diálogo com elementos da sociedade tidos como importantes para o processo de modernização, como, por exemplo, o empresariado e os trabalhadores – daí a própria fundação do CESIT. Isto nos leva ao segundo ponto: o pano de fundo dessa concepção, que será desenvolvido de maneira cada vez mais sofisticada ao longo das décadas seguintes, combatia a idéia de que uma ação do Estado propiciaria não apenas o desenvolvimento econômico como também a modernização da sociedade como um todo. Ao contrário, desse processo poderia originar-se uma

---

<sup>19</sup> Fernando Henrique pode ser considerado uma exceção. Seu pai, militar e habitante do Rio de Janeiro, possuía relação com forças políticas nacionalistas. Por exemplo, Fernando Henrique chegou a participar ativamente da campanha pelo monopólio do Estado sobre o petróleo. Cf. BELOCH, Isarel; ABREU, Alzira Alves de. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: CPDOC, Forense-Universitária, 1983.

sociedade economicamente forte, mas que preservaria traços culturais e políticos próprios do atraso por meio do fortalecimento de elites forjadas dentro de um caldo cultural patrimonialista.

Assim, a postura política de esquerda que a maioria desses intelectuais adotará - Florestan Fernandes inclusive - não irá se confundir nem com o movimento trabalhista e tampouco, com o nacionalista.

Em meio às mudanças ocorridas na universidade, permitidas pelo regime democrático, ao longo da década de 1950, ao menos duas heranças próprias da postura paulista nos anos de 1930 podem ser identificadas: em primeiro lugar, o argumento da autonomia científica, que fundamenta a contraposição de sua escrita à dos sociólogos do ISEB, com a afirmação de que estes últimos desprezam um rigor científico que, por sua vez, é atribuído à Escola Paulista como algo que lhe é imanente devido a sua postura crítica com relação ao Estado, o que não ocorreria com o instituto com sede no Rio de Janeiro; e, em segundo lugar, e de forma correlata à primeira herança, a prioridade dada ao estudo de elementos societários, em especial os elementos presentes na sociedade paulista, tida como a mais moderna do país, ou seja, a mais se aproximava de uma ordem social competitiva.

Assim, por Escola Paulista, o presente trabalho entende o conjunto de heranças intelectuais acumuladas nos diversos trabalhos e fases pelos quais passaram os que investigavam a sociedade brasileira, por meio de paradigmas das ciências sociais na USP, desde sua fundação. A idéia de autonomia intelectual, a ênfase em aspectos societários, a preocupação com a modernização da sociedade civil; a enfática crítica à ingerência estatal, na sociedade, em geral, e na vida universitária, em particular; e a postura majoritariamente crítica em relação às forças políticas da República de 1946; todas elas permaneceram como importantes elementos de identificação dos intelectuais que tiveram nesse espaço sua filiação acadêmica ou referência intelectual.

A partir dessa experiência, forjada nos anos de 1950, é que irá dialogar a produção intelectual que é o objeto do presente trabalho. Marcada pelo golpe militar de 1964, a geração de orientandos de Florestan Fernandes, e de outros intelectuais por ele influenciados, escreve importantes trabalhos de análise da modernização brasileira, marcados, dessa vez, pela experiência da derrota do nacionalismo-desenvolvimentista e da emergência do poder militar ao governo federal. Ao longo do regime que então se estabelece, esses intelectuais ocuparão

uma posição de crescente prestígio intelectual que lhes dará ímpeto para uma atuação política mais arrojada, diferentemente do certo isolamento em que seus antecessores se encontravam nos anos de 1950.

Essa nova atuação terá no discurso da autonomia científica um importante fator de legitimação, ainda que o isolamento, sobre o qual foi construído esse mesmo discurso, desapareça paulatinamente à medida que os referidos intelectuais se engajavam em seu contexto político. Ao mesmo tempo, a experiência do golpe militar motiva uma revisão crítica de conceitos importantes ao nacionalismo-desenvolvimentista, processo que, aprofundado, irá orientar a própria atuação desse grupo no período da Abertura.

A trajetória dessa geração se embasa na tradição intelectual da Escola Paulista, ao mesmo tempo em que confere a esta um caráter diverso do que havia sido até então construído. Por outro lado, a ascensão das interpretações sobre a realidade brasileira próprias da Escola Paulista, por meio dessa geração, representa uma ruptura com o nacionalismo-desenvolvimentista, que pelo menos até a década de 1960, e talvez até a década de 1980 ou 1990, era a principal referência intelectual no cenário político brasileiro.

## **1.2. O nacionalismo em perspectiva**

No final dos anos de 1960 um grupo de intelectuais que antes orbitava em torno dos projetos de Florestan Fernandes irá adquirir uma crescente autonomia acadêmica. Bernardo Sorj chega a afirmar que o Seminário de Marx, criado em 1957, do qual participavam, entre outros, Francisco Weffort e Fernando Henrique Cardoso, tornou-se o mito fundador de uma geração intelectual; uma vez reconhecida essa perspectiva, também poderia ser correta a afirmação de que a mesma se consolida com a fundação do CEBRAP, instituto criado com o intuito de criar um espaço intelectual autônomo em relação ao Estado, em 1969. A partir dela, serão discutidas teorias que se contrapõem às formulações conceituais próprias do nacionalismo-desenvolvimentista, tal como formulado no ISEB. A crítica de tonalidade acadêmica, própria da década de 1950, adquire, com a contribuição dessa geração, um crescente tom político.

A revisão crítica do período de 1946 engendrada por esses intelectuais responde à surpresa provocada pelo golpe<sup>20</sup> na sociedade brasileira. Essa perspectiva adquire uma importância cada vez maior no contexto acadêmico brasileiro. A experiência da surpresa, nesse caso, propicia uma reorganização da narrativa promovida, no caso, pela geração de intelectuais paulistas que tiveram por referência o CEBRAP, de modo a torná-la explicável e apreensível. João Marcelo Ehlert Maia argumenta, em sua dissertação, que a elaboração das teorias em torno do populismo, como os trabalhos de Francisco Weffort e Octávio Ianni, posteriormente membros participantes do CEBRAP, se consolidam nos anos de 1960 e se aproximam em seu discurso da crítica feita por partidos tidos como à esquerda do PCB e críticos à aliança deste com o trabalhismo, como o caso do PCdoB ou da POLOP. A crítica ao nacionalismo é também a crítica à proposta de aliança entre a esquerda e a burguesia industrial em torno de um projeto de desenvolvimento nacional. O desdobramento dessa opção, segundo essa leitura crítica, teria sido o golpe militar. O desenvolvimento brasileiro somente poderia ter continuidade, segundo a mesma, se tivesse no socialismo o seu norte.

É possível, se usarmos as categorias propostas por Koselleck, afirmar que o golpe e a consolidação do regime militar provocaram uma brusca ruptura com as expectativas formuladas ao final dos anos de 1950 e início dos anos de 1960 pelos intelectuais engajados, principalmente, no ISEB, de modo que cresce a legitimidade de outras interpretações da realidade política brasileira, principalmente as que a questionavam.

O marxismo veio a se juntar a um já vasto leque de diálogos teóricos que tinham por objetivo pensar o estabelecimento de uma ordem social competitiva no Brasil, e embasou diversos trabalhos de reinterpretação da história recente brasileira. O objetivo desta seção do presente trabalho é analisar algumas obras importantes publicadas no final da década de 1960 e no início da de 1970, antes da fundação do CEBRAP, e que estão fortemente influenciadas pelo impacto do golpe de 1964.

O debate sobre o significado do golpe militar e a queda da República de 1946 não se restringiu ao grupo de intelectuais da geração do seminário de Marx, ou mesmo à Escola Paulista. Pelo contrário, envolveu diversos autores, alguns,

---

<sup>20</sup> MAIA, João Marcelo Ehlert. **A História de um Conceito: populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: IUPERJ/Dissertação, 2001. Mimeo.

inclusive, oriundos do Partido Comunista Brasileiro ou mesmo do ISEB. É importante que se reconheça, portanto, a importância da presença de autores como Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Júnior, Helio Jaguaribe ou mesmo Florestan Fernandes para o conjunto de idéias e hipóteses elaborada em meados da década de 1960, que procurava, de alguma forma, dar um sentido à traumática experiência do golpe de 1964<sup>21</sup>.

O propósito da deste trabalho, contudo, é o de realizar uma análise diacrônica do aparato conceitual desenvolvido pela *Revista de Cultura & Política* entre os anos de 1978 e 1982, com o objetivo de compreender a atuação desses intelectuais, que vieram a ter uma importante participação na política brasileira ao longo dos anos de 1980, no contexto da Abertura. Desse modo, as obras analisadas a seguir foram escolhidas por terem relação, em primeiro lugar, com a geração que fundaria o CEBRAP em 1969, de onde um grupo sai para fundar o CEDEC em 1977; e em segundo lugar, pela importância que tiveram no desenvolvimento de uma análise crítica do golpe militar e do nacionalismo-desenvolvimentista, temas sobre os quais a análise dos intelectuais do CEBRAP seria de grande relevância e cujo resultado foi a constituição de uma narrativas e conceitos relevantes para o momento histórico da Abertura política do país.

A posição crítica com relação à postura dos comunistas perante a República de 1946, própria dos intelectuais paulistas referidos nesse trabalho, foi a base sobre a qual se elaborou uma visão crítica do nacionalismo em um momento de crise deste. Nesse processo, ganha relevância o conceito de populismo.

Conforme foi mencionado na seção anterior deste capítulo, ao distinguir duas gerações intelectuais que se apropriam do conceito de populismo, Jorge Ferreira deixa implícito a semelhança do uso do conceito entre autores ligados ao ISEB, como Helio Jaguaribe e Guerreiro Ramos, e os primeiros intelectuais que abordaram esse tema na Escola Paulista de Sociologia. Em comum entre esses dois grupos, o diálogo com as teorias da modernização<sup>22</sup>, em especial com o autor Gino Germani. Assim, todo um leque de significados é associado ao conceito, tais como o vínculo do populismo com uma sociedade que experimenta um acelerado

---

<sup>21</sup> Um bom mapa desse debate foi elaborado por Daniel Pécaut. PÉCAUT, Daniel. **Os Intelectuais e a Política: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.

<sup>22</sup> MAIA, João Marcelo Ehrlet. **Esquerda e Escola Paulista de Sociologia: um itinerário sociológico do conceito de 'populismo' no Brasil**. IN: Teoria & Sociedade. n. 10, julho - dezembro de 2002. Pp. 60-83

processo de migração para as cidades, estimulado pela industrialização; e o resultado desse mesmo processo, uma sociedade amorfa, massificada, em contraste com uma sociedade de classes. A diferença percebida por João Marcelo Ehrlet Maia é o fato de que o conceito de populismo, para os autores vinculados ao ISEB, não guarda relação com o nacionalismo, com o trabalhismo, ou com a figura de Getúlio Vargas, ao passo que para os intelectuais da Escola Paulista, o populismo se confunde com tais forças políticas<sup>23</sup>.

Francisco Corrêa Weffort, jovem cientista político, membro do Seminário de Marx, futuro membro do CEBRAP e fundador do CEDEC, escreve, nesse período, importantes artigos cujo tema é a relação estabelecida entre Estado e massas no Brasil durante o regime de 1946, ou, durante o período em que o fenômeno das massas surge no país, segundo o próprio autor. A interpretação de Weffort incorpora questões e hipóteses caras à Escola Paulista. O viés societário é realçado quando o autor contrapõe uma formação de sociedade civil com classes autônomas, por um lado, e, por outro, a heteronomia das massas supostamente amorfas por conta de uma relação de dependência com o Estado, como seria típico do fenômeno do populismo.

Em um artigo intitulado *O Populismo na Política Brasileira*, originalmente publicado em 1967, e posteriormente republicado com alterações de cunho formal, segundo o próprio autor, no livro também intitulado *O Populismo na Política Brasileira*, Weffort traz uma definição interessante do conceito de populismo:

“Foi, ao mesmo tempo, uma forma de estruturação do poder para os grupos dominantes e a principal forma de expressão política da emergência popular no processo de desenvolvimento industrial e urbano.”<sup>24</sup>

O trecho é relevante por chamar a atenção para alguns pontos importantes no conceito de populismo tal como usado pelo autor. Se, por um lado, como mostra Maia, o populismo é usado para caracterizar negativamente a formação da sociedade civil brasileira no período de industrialização do país, dada a presença do Estado sobre a mesma; por outro, é interessante notar que o populismo é usado

---

<sup>23</sup> \_\_\_\_\_. *A História de um Conceito: populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ/Dissertação, 2001. Mimeo. P. 27.

<sup>24</sup> WEFFORT, Francisco Corrêa. *O Populismo na Política Brasileira*. IN: *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980. P. 63.

para entender uma forma específica de estruturação do poder e de inserção política das massas que marca um período já passado. O populismo é um conceito, para Weffort, que permite ler historicamente a República de 1946 sob uma ótica marxista – a emergência das massas é compreendida principalmente sob o conceito de bonapartismo, construído por Marx na clássica obra *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*.

Assim, a ênfase na política de massas emerge como uma forma de chamar a atenção para a ausência do caráter de classes em que se organiza a sociedade brasileira. Sua política, por conseguinte, adquire um caráter específico, modelado segundo as estruturas de poder do populismo. A marca principal dessa forma de organização é a impossibilidade de se fazer prevalecer plenamente a consciência de classe necessária para dar sentido histórico à ação dos agentes sociais brasileiros, em especial os trabalhadores.

A burguesia, sem força o suficiente para impor sua hegemonia, se faz representar por um Estado bonapartista, que paira sobre a sociedade e dá prosseguimento à industrialização brasileira. Por não ser um processo completo e por trazer consigo diversos elementos estranhos a uma sociedade moderna, tais como o pacto com oligarquias, ou o caráter não totalmente industrial da urbanização brasileira, constrói-se uma situação política de instabilidade, caracterizada como uma sociedade em crise, erguida sobre o populismo. Dessa forma, a caracterização da estrutura política brasileira é a seguinte:

“Deste modo, a nova democracia brasileira difere radicalmente do modelo registrado na tradição ocidental. E a diferença mais notável está em que nesta democracia de massas, o Estado se apresenta de maneira direta a todos os cidadãos.”<sup>25</sup>

Ao trazer como referência a tradição ocidental, Weffort assinala o caráter de transição que marca a sociedade brasileira em direção à modernidade. A estrutura democrática brasileira se difere da tradição ocidental, nesse sentido, por ser uma estrutura de massas e não de classes. Isso se deve, como o autor defende nesse momento<sup>26</sup>, à transição acelerada que marca a sociedade brasileira desde a década

<sup>25</sup> Ibid. P. 53.

<sup>26</sup> Mais tarde, como veremos, o autor confere um maior grau de responsabilidade às opções equivocadas feitas, em especial, pela esquerda brasileira.

de 1930. O discurso de Weffort ainda está localizado dentro do que Jorge Ferreira e João Ehrlet Maia denominam como teorias da modernização.

O populismo, por esse prisma, como uma forma de organização social e estratégia de ação política, seria o modelo de um momento transitório, com um lugar bem definido no processo histórico. Nesse sentido, ao pensar o populismo como um momento específico do ingresso das massas na política, e ainda mais, relacioná-lo com as principais estruturas sociais e políticas da República de 1946, ou com símbolos importantes, tais como o trabalhismo ou mesmo à figura de Getúlio Vargas, Weffort constrói o conceito de nacionalismo desenvolvimentista em uma perspectiva histórica, e, portanto, enxerga uma distância temporal entre o seu lugar de fala e aquele da República de 1946. Portanto, realça a distinção entre o presente e o passado recente, dando ênfase ao evento do golpe de 1964 enquanto um divisor entre dois momentos históricos.

Nesse movimento, destaca-se a forma como o conceito de nacionalismo é incorporado. Em artigo anterior, já publicado em um ambiente político marcado pelo golpe, em 1965<sup>27</sup>, Weffort já sinalizava com o processo de crítica histórica no qual o conceito de populismo teria um papel chave:

“Nestas condições, o nacionalismo passa a ser significativo politicamente quando o governo federal (particularmente na Presidência de Kubitschek) o encampa como cobertura ideológica do desenvolvimentismo. Aparece, pois, em coerência com o quadro geral, como uma forma de consagração do Estado, como uma transfiguração teórica do populismo.”<sup>28</sup>

Depois, em nota, escreve:

“O populismo, comparado ao nacionalismo, poderia ser caracterizado como expressão tópica e espontânea do processo de incorporação das massas ao regime político enquanto que o nacionalismo aparece como expressão global e ideológica deste mesmo processo.”<sup>29</sup>

A organização do tempo histórico presente em sua interpretação e a consequência desta sobre o conceito de nacionalismo, que torna a distância entre

---

<sup>27</sup> WEFFORT, Francisco Corrêa. Estado e Massas no Brasil. IN: \_\_\_\_\_. **O Populismo na Política Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980.

<sup>28</sup> Ibid. P. 54.

<sup>29</sup> Ibid. P. 54.

observador e objeto sinônima de distância entre presente e passado, fica claro ainda em outro trecho:

“Não obstante, talvez seja possível concluir, à luz de análise anterior, que chega ao fim, com a ascensão dos militares, o processo de democratização do Estado através do populismo: isto não significa dizer que estão cortadas em definitivo as possibilidades de que as pressões se façam sentir no poder. Significa, porém, que já não subsistem condições para que a pressão popular mantenha sob sua forma espontânea, a mesma eficácia que possuía. Com efeito, o novo poder instaurado pelos militares parece marcar o fim do mito de um Estado democrático de todo o povo, e, deste modo, assinala um ponto de inflexão na história política brasileira.”<sup>30</sup>

O nacionalismo é desconsiderado como ferramenta de análise e intervenção política por ser uma ideologia, logo, limitada a um determinado período histórico brasileiro, marcado esse pelas estruturas de poder do populismo. Ao caracterizar a democracia como populista, por outro lado, dá-se um caráter de transitoriedade e incompletude a esse mesmo momento. O golpe militar, por sua vez, permite que haja um marco temporal que distinga o período populista do subsequente, no qual vive o autor. Essa é a tônica de outros dois artigos de Weffort, posteriormente publicados na obra *O Populismo na Política Brasileira*<sup>31</sup>, mas que foram originalmente publicados ao longo da década de 1960. O conceito de crise usado pelo autor no artigo que veio a inspirar a obra na qual foi publicado posteriormente, é usado apreender esse momento histórico de inflexão:

“Com efeito, a importância política das massas dependerá sempre da existência de uma transação entre os grupos dominantes, e esta transação agora se encontrava em crise. Se as massas serviram como fonte de legitimidade para o Estado, isto só foi possível enquanto estiveram contidas dentro de um esquema de aliança policlassista que as privava de autonomia.”<sup>32</sup>

E após:

“E, apesar das intenções de alguns de seus líderes, encontrava-se condenado também pela fragilidade do populismo, que se mostrava incapaz não só de manter o equilíbrio de todas essas forças como também de exercer um controle efetivo sobre o processo de ascensão das massas.”<sup>33</sup>

<sup>30</sup> Ibid. Pp. 59-60.

<sup>31</sup> \_\_\_\_\_. O Populismo na Política Brasileira. IN: \_\_\_\_\_. **O Populismo na Política Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980.

<sup>32</sup> Ibid. P. 78.

<sup>33</sup> Ibid. P. 78.

Em ambas as passagens, a categoria do populismo é utilizada de modo a empreender uma análise de um momento histórico já passado. O objetivo do autor é compreender as razões de seu fracasso, aproveitando-se para tanto de uma posição de marginalidade em relação ao nacionalismo, no qual os intelectuais da Escola Paulista se colocaram nos últimos anos da primeira experiência democrática brasileira. Tal distância, originalmente espacial e de cunho acadêmico, torna-se uma distância temporal nos trabalhos empreendidos após o golpe.

Nessa narrativa, o conceito de populismo é usado para caracterizar uma época da história brasileira e localizá-la na dimensão temporal do passado, diversamente dos usos anteriores destinados a esse mesmo conceito, como o que foi feito por intelectuais do ISEB. Por meio do conceito de populismo, o nacionalismo é visto em uma perspectiva histórica que lhe retira o caráter de orientador da ação política no presente.

Outro importante autor que participa com relevância do debate em torno do conceito de populismo é Octavio Ianni, também orientando de Florestan Fernandes. O título de um de seus mais importantes livros é bastante sugestivo, considerando o contexto desenhado. *O Colapso do Populismo no Brasil*, publicado originalmente em 1967, também se insere no esforço de narrar e explicar o golpe logo após sua deflagração.

A organização do livro é bastante interessante no que se refere à narrativa proposta pelo autor. São três partes principais do livro: a primeira intitulada política e desenvolvimento; a segunda, populismo e nacionalismo; a terceira, a política de interdependência. Enquanto a primeira parte estabelece os marcos conceituais sobre os quais o autor trabalhará, a segunda e a terceira parte resumem um esforço do autor em organizar dois padrões distintos de relação entre política e desenvolvimento que conformam, respectivamente, também dois momentos históricos distintos. Tal como em Weffort, o golpe de 1964 é tido como um marco cronológico que separa em definitivo o passado do presente, ou o primeiro momento de um segundo momento. A segunda parte do livro refere-se à República de 1946; a terceira, ao modelo de desenvolvimento que caracterizaria o país após o golpe de 1964, logo, a contemporaneidade do autor.

O passado recente, analisado na segunda parte do livro, tem no conceito de populismo uma importante referência. Ianni recupera diversos pontos abordados neste trabalho por meio da análise do trabalho de Weffort. Segue:

“Por todas essas razões, predomina uma consciência singular, no proletariado urbano e industrial. A composição heterogênea e a formação recente, associadas às exigências da política de massas conduzida por outros grupos sociais, favorecem a criação e a persistência de uma consciência de mobilidade. [...] Durante esse período e nessas condições, a atividade política do proletariado – como coletividade – está muito organizada em termos de consciência de massa. E não chegam a fundamentar posições e diretrizes autenticamente proletárias, isto é, de classe.”<sup>34</sup>

Sob diversos aspectos, o texto de Ianni é ainda mais direto em sua crítica ao posicionamento da esquerda brasileira que o de Weffort. A oposição entre uma sociedade moderna, ou seja, de classes, e uma de massas é explícita na definição do regime populista. São as contradições próprias do populismo que geram sua derrocada.

Dentre diversas razões apontadas pelo autor para a queda do regime, uma se destaca: a dissociação entre as esferas econômica e política. Enquanto o regime populista estava em conformidade com uma lógica de acumulação de capital, ele se manteve. Quando a política de massas, ou a democracia populista, como chama o autor, deixa de ser um mecanismo de acumulação de capital, perde sua sustentação social. O progressivo desgaste do populismo se inicia com o suicídio de Getúlio Vargas. A abertura ao capital estrangeiro promovida por Juscelino Kubitschek confere uma pequena sobrevida ao regime que, no entanto, enxerga sua derrocada nos governos de Jânio Quadro e João Goulart, quando (e porque) medidas nacionalistas foram tomadas, tais como a política externa independente ou a proposta de reformas de base. Sobre a derrocada do regime, afirma o autor:

“Alguns grupos e líderes [da democracia populista] perceberam as suas virtualidades, mas não conseguiram formular um projeto globalizador. Era uma mescla de empirismo e inteligência, audácia e manobra. Foi o resultado histórico das ações e interesses de diferentes grupos e classes sociais. Ele se produziu no jogo dos antagonismos internos e externos que singularizam essa etapa da história nacional.

---

<sup>34</sup> IANNI, Octavio. **O Colapso do Populismo no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. P. 61.

“Entretanto, o modelo getuliano só poderia ser negado sob duas formas radicais: a revolução socialista ou a reintegração plena no capitalismo mundial.”<sup>35</sup>

Logo após:

“De fato, nos anos de 1961-64 o povo brasileiro defronta-se de modo cada vez mais premente com a necessidade de adotar uma opção drástica.”<sup>36</sup>

A democracia populista, a partir de determinado momento, encontra-se fora do sentido da história. A partir de então, seu desgaste se torna inevitável. Sua principal contradição é a contradição com a história em si. Deriva daí a forte crítica à atuação do Partido Comunista, pois, ao se vincular com as instituições da democracia populista, vinculou-se a uma estrutura de poder que caminhava para o anacronismo ao bloquear a formação de uma sociedade de classes onde as contradições do capitalismo pudessem se desenvolver plenamente no âmbito da política de modo a viabilizar a opção socialista. Segundo essa crítica, o presente transitório não foi analisado de modo científico, mas sim por conceitos historicamente determinados, como o era o nacionalismo.

O uso do conceito de populismo, de maneira semelhante ao de Weffort, evidencia o ponto de vista crítico, de onde pretendem falar ambos os autores. Para tanto, é realizado um diálogo com as teorias da modernização, cujo principal expoente identificado por esses intelectuais é Gino Germani. Há um reconhecimento do caráter de transição da sociedade brasileira em direção à modernidade. Portanto, o rigor crítico torna-se fundamental para analisar corretamente o processo histórico que se desenrola. A distância científica, do qual a Escola Paulista tanto se orgulhou nos anos de 1950, é recuperada pela geração acadêmica do pós-golpe militar com o intuito de criar, também, uma distância histórica.

### **1.3. As conseqüências da distância temporal**

O discurso do rigor empírico e científico, próprio da Escola Paulista desde seus primórdios, é reavivado na análise feita sobre o período anterior ao golpe de

---

<sup>35</sup> Ibid. P. 122.

<sup>36</sup> Ibid. P. 123.

1964. O instrumental científico utilizado opera, portanto, em três sentidos: permite a elaboração de uma narrativa histórica diversa da predominante nos círculos intelectuais brasileiros até então, legitima a postura de observador imparcial que fundamenta a mesma narrativa e confere uma distância temporal entre os intelectuais em questão e o objeto analisado.

A força que o instrumental marxista pode ter na empreitada de determinar historicamente seus adversários, e assim tirar-lhes sua força política, foi destacada por Karl Mannheim e contribui para uma melhor compreensão do processo de distanciamento temporal desencadeado por intelectuais da Escola Paulista. A mentalidade utópica, segundo o autor alemão, é própria do pensamento político moderno. É uma forma de pensamento cujo grau de abstração e de sistematização impelem a sociedade à mudança, diferindo-se, portanto, da mentalidade não-utópica. O autor chama a atenção para um efeito dos embates entre mentalidades utópicas que é intensificado pelo pensamento marxista:

“Verificamos portanto que, condicionado pelo processo social, se desenvolve nestes tipos de pensamento, em diversos pontos e sob diversas formas, um relativo afastamento em relação à utopia. Este processo, que por si só já possui uma qualidade dinâmica própria, é acelerado ainda mais em seu ritmo e intensidade pelo fato de que diferentes formas coexistentes de mentalidade utópica se estejam destruindo em um conflito recíproco. Tal conflito recíproco entre as diversas formas de utopia não acarreta necessariamente o aniquilamento do próprio utopismo, pois o conflito, por si mesmo, não faz senão elevar a intensidade utópica. A forma moderna de conflito recíproco apresenta, todavia, uma peculiaridade já que a destruição do adversário não se verifica a um nível utópico, fato que se torna mais nitidamente perceptível no modo pelo qual os socialistas empreenderam o desmascaramento das ideologias de seus antagonistas. Não acusamos o adversário de adorar falsos deuses; destruimos a intensidade de sua idéia demonstrando que ela é histórica e socialmente determinada.”<sup>37</sup>

Trata-se, portanto, de uma forma bastante peculiar de destruição da mentalidade utópica que lhe é adversária. O pensamento utópico é próprio da era moderna e da possibilidade de ação revolucionária. O poder da razão confere ao homem a possibilidade de sistematizar um pensamento que rompa com a realidade empírica e imediata, e dá à ação política a possibilidade de realizar um constante rompimento com a tradição. O pensamento utópico e a noção de progresso, portanto, possuem íntima relação. Por ter a característica de concretizar

<sup>37</sup> MANNHEIM, Karl. A Mentalidade Utópica. IN: \_\_\_\_\_. **Ideologia e Utopia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores. P. 18.

historicamente o pensamento abstrato, o pensamento marxista adquire a capacidade de determinar historicamente o projeto de futuro almejado pelo pensamento utópico que lhe é adversário e, dessa forma, retira-lhe sua qualidade de universalidade. No caso analisado na presente dissertação, o adversário é o nacionalismo.

Ao analisarem o referido regime de uma perspectiva histórica, Weffort e Ianni revelam seus pontos de vista, já marcados pelo golpe de 1964. Ao mesmo tempo em que os autores fazem do golpe um fator de legitimidade ao discurso crítico tanto à República de 1946 como ao nacionalismo, fazem também com que ele permita que seu discurso, característico da Escola Paulista, aloque os fenômenos estudados onde considera que seja seu devido lugar temporal. Ou seja, começa a ser construída uma consciência de que a República de 1946 já faz parte do passado.

Essa consciência nem sempre encontra respaldo no cenário político nacional que se desenvolveu após o golpe. Ainda que este tenha, de fato, abalado as estruturas de poder da República, os atores políticos desta última continuaram sendo protagonistas importantes no país. A tentativa de se organizar uma ordem política que se distanciasse o mínimo possível do marco legal instituído até então e a disposição inicial do grupo em torno do general Humberto de Castello Branco de conferir à intervenção militar um caráter de mera correção de rumos contribuíram para a consciência de que, provavelmente, as mudanças não seriam absolutamente radicais no que concerne os principais atores políticos do país<sup>38</sup>.

De fato, a forte perseguição a lideranças sindicais e a lideranças do PTB não correspondeu ao fim nem das principais agremiações partidárias, - a UDN, por exemplo, era um dos principais sustentáculos civis do poder militar - e nem das pretensões de Carlos Lacerda à disputa pela presidência, posição também cobiçada pelo franco favorito Juscelino Kubitschek. A vitória da oposição nas eleições para os governos estaduais da Guanabara e de Minas Gerais em 1965 iniciou uma trajetória de resistência civil ao poder militar. Este, por sua vez, reagiu com um processo de endurecimento do regime, que reorganizaria os

---

<sup>38</sup> Sebastião Velasco Cruz, Carlos Estevam Martins e Thomas Skidmore mostram como as principais forças políticas nacionalistas atuaram durante o início do regime militar. Cf. SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo. 1964-1985**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991; CRUZ, Sebastião Velasco; MARTINS, Carlos Estevam. IN: SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares (orgs.). **Sociedade e Política no Brasil pós-64**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

partidos políticos em 1966, com um ato complementar ao Ato Institucional nº 2, aumentaria o poder do Estado com o Ato Institucional nº 5 e consagraria uma ordem política autoritária com a Constituição de 1967 e com as emendas constitucionais de 1969. Ou seja, só em fins da década de 1960 que o regime militar iniciou de fato um projeto político que tivesse o intuito de enfraquecer e apagar as forças políticas hegemônicas da República de 1946.

A repercussão que, em fins da década de 1970, viriam a ter as mortes de Juscelino Kubitschek e João Goulart, assim como a eleição de Leonel Brizola para o governo do Rio de Janeiro em 1982, são evidências de que, mesmo com o esforço do Estado militar, os símbolos, personagens e mitos políticos da República de 1946 não foram completamente apagados e mantiveram uma forte presença no cenário político brasileiro, sendo eles responsáveis, inclusive, pela construção de horizontes para uma possível redemocratização do país. Entretanto, há uma significativa diferença no cenário político entre o final da década de 1970 e no período de 1964 e 1968, quando da publicação dos artigos de Weffort. Boa parte dessa diferença deriva do relativo – e apenas relativo - êxito alcançado pelo esforço dos militares em reorganizar as forças políticas brasileiras sobre bases diversas daquelas da República de 1946.

Nesse contexto, a análise de Weffort, dentre a de outros intelectuais, torna passado uma realidade política que ainda era vigente no país. É possível pensar, sem utilizar o recurso ao caráter de denúncia, que de certo modo esse pensamento ajudou a cristalizar, como uma realidade histórica irreversível, a emergência do poderio político dos militares.

Não era esse, contudo, o objetivo de Francisco Weffort ou de Octavio Ianni. Seu discurso revelava uma inflexão na postura desses intelectuais perante a sociedade brasileira. A legitimidade acadêmica que o discurso da Escola Paulista esforçara-se para construir na década de 1950 transformava-se junto com crescente legitimidade social e política que adquiria em sua crítica ao nacionalismo. A geração do Seminário de Marx entra em seu segundo momento de afirmação, em que os conceitos usados para desconstruir o nacionalismo-desenvolvimentista e a legitimidade adquirida deste movimento, são reorganizados para realizar uma pesada crítica ao regime militar. Criticam agora, entretanto, de outro lugar social. São, antes de tudo, legitimados pela história que por eles mesmos era narrada.

Ao menos uma herança a Escola Paulista absorve do discurso do nacionalismo-desenvolvimentista. Para explicá-lo, é importante fazer uma nota teórica. No contexto, do surgimento da modernidade, Reinhart Koselleck verifica uma mudança fundamental na forma de se experimentar o tempo, no âmbito da cultura europeia ocidental. Uma experiência acelerada do tempo reorganiza as dimensões sob as quais a experiência humana se desenvolve<sup>39</sup>. Nesse sentido, a forma de experimentar o tempo torna-se ela também um elemento importante, senão fundamental, dos estratos de tempo de uma experiência histórica, pois se refere à forma em que as diferentes dimensões do tempo são organizadas em uma narrativa histórica que confere sentido ao tempo presente.

Para apreender essas diversas formas de experiência de tempo, Hans Ulrich Gumbrecht utiliza a categoria de cronótopo<sup>40</sup>. É próprio do cronótopo moderno que as concepções de passado e futuro sejam qualitativamente diferentes entre si, de modo que o presente torna-se sempre um pequeno espaço de tempo em que ocorre a passagem do passado ao futuro. A temporalização é própria do cronótopo moderno e é fundamental para o modo de se pensar a ação política na modernidade. No caso específico do objeto deste trabalho, é inegável que a experiência histórica situa-se ainda no cronótopo moderno, tanto no que se refere aos pensadores do nacionalismo quanto a seus críticos da Escola Paulista.

Não há, no contexto de desconstrução do nacionalismo, uma ruptura na forma de se experimentar o tempo histórico. Pelo contrário, a temporalização é ainda fundamental na organização da narrativa da Escola Paulista e existem, portanto, conceitos que realizam essa temporalização. É interessante notar que, mesmo nos discursos críticos de Weffort e Ianni, o conceito que melhor cumpre esse papel é o mesmo que ocupava lugar de destaque também na narrativa nacionalista: o desenvolvimento.

---

<sup>39</sup> KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado dos Tempos Históricos**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; Contraponto, 2006.

<sup>40</sup> GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Modernização dos Sentidos**. São Paulo: Editora 34, 1998.